

Introdução

O papel dos bancos e principalmente dos sistemas financeiros na promoção do desenvolvimento econômico tem sido um tema constante nos debates de história econômica e de política econômica.¹ No Brasil, os bancos públicos foram fundamentais para viabilizar o crescimento econômico do país, sobretudo pelo financiamento de investimentos em infraestrutura e de longo prazo da indústria. A Caixa Econômica tem papel singular na história bancária no Brasil. Foi através dessa instituição que o Estado brasileiro atuou no financiamento de áreas sensíveis e de grande importância, como saneamento e habitação. A Caixa, além disso, tem papel fundamental como a gestora de políticas sociais do Estado, na função, por exemplo, de agente de pagamento da bolsa família e administradora do FGTS.

A Caixa Econômica Federal, fundada em 1861, é uma das instituições financeiras mais antigas do Brasil. Como parte das comemorações de seu aniversário de cento e cinquenta anos, a instituição firmou um acordo de cooperação com o Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento para a realização de um Ciclo de Palestras e de um Concurso de Monografias e Artigos entre seus funcionários. Esta publicação é um dos produtos desse convênio.

O Ciclo de Palestras apresentou o panorama de algumas das questões relevantes do debate sobre o desenvolvimento econômico no Brasil. Os palestrantes foram escolhidos entre pessoas que têm não apenas tradição no mundo acadêmico, mas também experiência na formulação de políticas públicas. Eles trataram seus objetos com o olhar crítico do pesquisador acadêmico, mas também com o olhar pragmático de quem viveu a experiência de formular políticas que deviam ser aplicáveis nas condições concretas da realidade brasileira.

O ciclo iniciou-se com Ricardo Bielschowsky, autor de uma obra considerada clássica da história do ciclo do desenvolvimentismo no Brasil.² Em sua apresentação, o autor identificou dois ciclos ideológicos desenvolvimentistas: o primeiro, no período 1930-1964 e o segundo, no período 1964-1980. Bielschowsky discorreu sobre três correntes que assumiram a hegemonia do pensamento econômico brasileiro: o desenvolvimentismo do setor privado,

¹ Ver, por exemplo, o artigo de Richard Sylla, "The role of banks", in Sylla e Toniollo, *Patterns of European Industrialization*, Londres, Routledge, 1991, sobre o papel dos bancos na industrialização dos países europeus.

² Ver Bielschowsky, *O pensamento econômico brasileiro: ciclo ideológico do desenvolvimentismo*, Rio de Janeiro, Contraponto, 1988.

que teve como seu maior expoente o industrial e historiador Roberto Simonsen; o desenvolvimentismo do setor público não nacionalista, representado por Roberto Campos; e o desenvolvimento nacionalista, representado por Celso Furtado. O período 1964-1980 foi segmentado pelo autor em três períodos: 1964-1968; 1968-1973; e 1974-1980. Sua palestra encerrou-se com uma análise do debate desenvolvimentista pós-1980 e, em especial, do papel do crescimento com distribuição de renda e das questões relacionadas ao surgimento de um mercado de consumo de massas no Brasil.

A segunda palestra foi apresentada pelo autor desta introdução. O objeto da conferência foi o período de desenvolvimentismo autoritário entre 1960-1980. O texto, no entanto, tratou o tema de forma abrangente, contextualizando esse momento histórico no processo da industrialização brasileira no século xx. Mostrou-se que, no início dos anos 1960, com os resultados obtidos no governo JK, o Brasil havia se tornado um dos países de maior base industrial na América Latina. A substituição de importação alterou a estrutura produtiva no país e, ao contrário do que o nome sugere, aumentou a demanda por produtos importados. Isso significa que o processo de substituição de importações não tratava de reduzir importações, mas de mudar sua natureza. A crise econômica da década de 1960 foi discutida no contexto das disputas entre as agendas de reforma para a retomada do crescimento econômico do Brasil. Foram contrapostas as Reformas de Base, defendidas por setores progressistas da época, e as Reformas Conservadoras, que acabaram por ser implementadas no primeiro governo militar.

O palestrante mostrou como a política econômica do Brasil era condicionada por um "trilema": crescimento, estabilização e equilíbrio externo. Nas condições econômicas da época, apenas dois desses objetivos podiam ser perseguidos simultaneamente. No entanto, quando o financiamento externo se mostrava inviável, as políticas domésticas eram necessariamente condicionadas às condições da conjuntura internacional. O ano de 1980 foi o último em que o país conseguiu sustentar taxa elevada de crescimento econômico, apesar da gravidade da situação internacional e da deterioração das condições econômicas externas e internas do país. O longo governo Figueiredo foi marcado por inflação em ascensão, com a economia crescendo por espasmos – ou seja, poucos anos de crescimento positivo, sucedidos por quedas do nível de atividade e deterioração na situação econômica. Até meados da década, o regime foi definitivamente derrotado. No entanto, no novo governo, o modelo de crescimento econômico não era mais funcional para a economia brasileira. Os novos governos civis levaram uma década de tentativas frustradas até conseguir controlar a inflação, e ainda foi necessária outra década para economia brasileira voltar a criar mecanismos e condições (econômicas e políticas) para crescer de forma sustentada.

A terceira palestra, realizada pela professora Leda Paulani, analisou a hegemonia liberal e sua influência na economia brasileira. A autora discutiu o surgimento do neoliberalismo, que identifica no movimento surgido como reação às políticas keynesianas do pós-guerra. Leda Paulani indica as reuniões na cidade de Mont Pélerin, na Suíça, organizadas por Hayek, com a presença de pensadores conservadores europeus e norte-americanos, como a matriz do movimento neoliberal. Esse movimento, no entanto, só alcançaria maior influência com a crise do sistema de Bretton-Woods e o fim do período de crescimento acelerado no pós-guerra.

Leda sustenta que o Consenso de Washington foi uma versão da agenda neoliberal para aplicação na periferia, em especial na América Latina. No caso brasileiro, a agenda neoliberal foi trazida por Collor. A palestrante identifica uma continuidade da influência da agenda neoliberal para o Brasil entre esse governo, os dois governos FHC e o primeiro governo Lula. Para ela, o recuo da influência do pensamento liberal na política econômica brasileira teria ocorrido apenas no segundo mandato de Lula. Finalmente, a crise econômica mundial teria desacreditado o neoliberalismo e aberto caminho para uma retomada mais vigorosa de políticas desenvolvimentistas.

A quarta palestra foi apresentada pelo professor Antônio Correa de Lacerda, da PUC-SP. O palestrante discutiu as transformações na economia mundial e a inserção internacional brasileira nos últimos dez anos. Lacerda discutiu alguns dos principais desafios dessas mudanças globais no cenário doméstico, entre elas, como aproveitar melhor os investimentos estrangeiros e que regras devem ser a eles aplicadas; a necessidade de melhorar a pauta e diversificar as exportações brasileiras; os problemas da volatilidade do mercado financeiro mundial e da política cambial; as questões advindas da concorrência com produtos chineses etc. O autor argumenta que o mundo está dividido em cadeias globais, e, portanto, as relações com as empresas estrangeiras implicam criar condições para que estas não vejam o país apenas como um bom mercado consumidor, mas como integrante ativo na produção, concepção, geração de inovações e distribuição de produtos em escala global. Portanto, o cenário atual é de oportunidades, mas também de ameaças. A ascensão de novas empresas e o novo papel dos Brics e outros países emergentes no cenário global pode contribuir para viabilizar uma trajetória de crescimento autossustentado no Brasil, ou promover um retrocesso da qualidade da nossa inserção internacional.

O Presidente do Ipea e professor do IE-Unicamp, Marcio Pochmann, apresentou a quinta palestra, que tratou do debate recente sobre desenvolvimento econômico no Brasil. O autor dividiu sua intervenção em duas partes: na primeira, discutiu algumas reflexões sobre a situação brasileira atual; na segunda, discutiu os desafios do desenvolvimento que um país como o nosso tem de enfrentar. O autor argumenta que o país enfrenta os desafios de criar uma moeda de curso internacional, de implantar um sistema de renovação tecnológica e capacidade de produção e difusão de tecnologia, e, finalmente, de criar um sistema de defesa robusto, compatível com a enorme fronteira seca e marítima do Brasil e com a defesa dos interesses e imensos recursos naturais brasileiros. Pochman mostrou ainda o impacto das políticas sociais resultantes das decisões estratégicas definidas na constituição de 1988. Segundo o autor, o país distribui renda e poder para crescer, e, crescendo, distribui mais ainda. Na sua avaliação, os rumos do Brasil atual permitem estimar que, em 2016, o país terá erradicado o analfabetismo e a pobreza extrema. O Brasil tem ainda de enfrentar as transformações econômicas globais, definir suas relações com as grandes corporações e seu apoio à formação de empresas brasileiras globais. Outro desafio é a questão demográfica, principalmente a decorrente do fim do crescimento populacional brasileiro, que chegará ao auge em 2030. A questão que se coloca é como financiar os inativos nessa rápida transição demográfica e, nesse contexto, como lidar com a imigração dos nossos vizinhos. Finalmente, a questão do trabalho imaterial e do crescimento do setor de serviços passa a ser um novo

desafio para o país. Como lidar com um tipo de trabalho que não resulta em algo palpável e que não é necessariamente feito no interior das empresas. O autor termina reafirmando a importância da educação no contexto dessas transformações, como elemento essencial para viabilizar a ascensão do Brasil ao patamar dos países desenvolvidos.

O ciclo de palestras foi concluído pela conferência da professora Tânia Barcelar sobre o financiamento do desenvolvimento, a distribuição de renda e a questão regional. A autora evoca uma perspectiva muitas vezes relegada num país de tal dimensão territorial, isto é Tânia discute o território, as diversidades entre as populações que habitam as regiões brasileiras e as questões sociais envolvidas na sua ocupação e na exploração das atividades econômicas. A conferencista argumenta que a desigualdade social brasileira tem uma leitura regional, com padrões de indicadores sociais diferenciados. A autora considera Belo Horizonte como referência para afirmar que, acima e abaixo dessa cidade, há diferentes padrões. Norte, Nordeste e Norte de Minas têm, nessa análise, diferenças importantes em relação ao Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Para a conferencista, essas desigualdades reproduzem-se em todas as escalas.

Tânia, tal como Pochman, considera que a Constituição de 1988 foi um corte nas questões sociais. Mas, para a autora, o crescimento recente tem também contribuído para a redução das desigualdades regionais. O crescimento do emprego formal, por exemplo, foi liderado pelo Nordeste e pelo Norte, e não pelo Sul e Sudeste. A autora enfatiza duas dimensões do desenvolvimento que são fundamentais no mundo atual: as sociais e ecológicas. País desenvolvido será aquele que conciliar crescimento econômico com distribuição de renda e sustentabilidade ambiental. Finalmente, alerta que o fim da onda liberal não é o fim do liberalismo. Há ainda um longo debate sobre o papel do Estado. Nesse aspecto, Tânia descreve a complexidade das questões que o país tem de enfrentar, envolvendo a agricultura, a exploração de recursos naturais, entre eles o Pré-Sal, e questões como a habitação popular e o desenvolvimento das cidades médias no Brasil. Conclui com uma visão otimista, mas consciente da dimensão dos desafios do país, citando passagens das memórias de Celso Furtado e de discurso do presidente Lula.

Essas conferências apresentaram um painel amplo, complexo e instigante da situação do país. Mas também mostraram que as tarefas a serem realizadas são factíveis, e que os problemas atuais brasileiros trazem imensas oportunidades. Alexander Gerschenkron, autor cuja obra vem sendo redescoberta recentemente pelos historiadores econômicos norteamericanos e europeus, enfatizava que países retardatários não convergem para o nível de renda dos países industriais avançados trilhando o mesmo caminho dos pioneiros.³ Inovações institucionais substituem pré-requisitos inexistentes ao desenvolvimento econômico. Países retardatários buscam novos caminhos: o que importa é sua capacidade de resposta às barreiras a sua transformação econômica.

Considerando essa interpretação da história, o Brasil apresenta-se como um dos atores (talvez como um dos protagonistas) da rápida transformação da economia mundial no período recente. O desafio é saber se nós, como sociedade, seremos capazes de superar as

³ Alexander Gerschenkron, *Economic Backwardness in Historical Perspective*, Londres, Harvard University Press, 1962.

imensas barreiras construídas pela nossa herança histórica de desigualdade e descaso com a educação, e com nosso patrimônio natural e construído.

Esta iniciativa da Caixa contribuiu para o debate sobre como o Brasil pode enfrentar essas dificuldades e responder criativamente aos problemas do presente. Foi uma iniciativa digna de uma instituição com a importância da Caixa para a promoção do desenvolvimento brasileiro. Uma boa forma de comemorar cento e cinquenta anos de história.

LUIZ CARLOS DELORME PRADO
Presidente do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas
para o Desenvolvimento, professor do Instituto de Economia da UFRJ.